



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 1/2019

SESSÃO ORDINÁRIA

15 DE FEVEREIRO DE 2019

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. CIMT – Minuta de transferência de competências;**
- 3. Criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos e da constituição da empresa intermunicipal;**
- 4. Revisão Orçamental nro.1/2019;**
- 5. Acordos de execução com as Juntas de Freguesia;**
- 6. Aplicação de taxas – descentralização de competências;**

Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, César Filipe Gonçalves Marques, Anacleto da Silva Batista, Maria Manuela da Conceição Ferreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Vitor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, Aníbal Lobato, Patricia Silva, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, José Manuel Fernandes. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados Miguel Afonso Catalão Alves Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina, que justificaram antecipadamente a sua falta. -----

A Senhora deputada Marta Tavares não esteve presente na reunião, não tendo apresentado justificação de falta. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----
O Senhor Presidente da Assembleia informou que “Sobre o requerimento feito pelo grupo parlamentar do PS, pelo deputado Miguel Alves, que diz respeito às verbas transferidas para as diversas associações o documento ficou feito há muito pouco tempo, por isso só agora ser possível que chegasse às nossas mãos, penso que é um documento claro e portanto está nesta assembleia se quiserem podemos falar sobre o assunto.” -----

Disse ainda que “A questão da ata, que infelizmente não pode chegar com a antecedência que eu queria porque introduziu-se uma nova forma de transferir as nossas palavras para as atas e foi um processo um pouco demorado, é um processo de aprendizagem que a pessoa que elabora as atas está a fazer e portanto, penso que no futuro vamos ter ganhos de tempo, mas agora, antes pelo contrário, tivemos aqui uma aprendizagem.” -----

Período Antes da Ordem do Dia

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para referir “Três ou quatro notas, a primeira referente à última assembleia que fizemos, eu tive a pesquisar e pareceu-me que salvo erro da minha parte, que a assembleia que fizemos em dezembro, temos que, para anos futuros, faze-la um pouco mais cedo, porque algumas daquelas decisões que nós tomamos em dezembro, deviam ter sido comunicadas à Autoridade Tributária até 31 de novembro, portanto, só peço essa atenção para que seja visto com os serviços, se estamos a respeitar bem os prazos ou não, portanto é mais uma nota, porque o que está feito, está feito e contra isso não podemos alterar. Confesso também que só me apercebi já depois, portanto fica a nota. Depois fui pesquisar a legislação que solicita que as câmaras comuniquem, esta é uma questão de confirmar, estamos a falar daquelas três, tem a ver com política fiscal, eu fiquei com a ideia que é uma que tinha que ser informada até 31 de novembro, é só pedir para que seja confirmado e, se for necessário, reajustar. -----

Segunda questão, primeiro dirigida ao Senhor Presidente da Câmara tem a ver com, pedir-lhe para que seja revista a sinalização de estacionamento ali junto à Escola Secundária, portanto, Doutora Maria Judite Serrão, o estacionamento tem previsto dois espaços para estacionamento e paragem de veículos de transportes escolares, um quando estamos a seguir a subir no sentido dos bombeiros, GNR, portanto um, antes da entrada na escola e depois da escola, um que coincide mais ou menos com a zona do polidesportivo. Em tempos, felizmente na altura justificava-se eventualmente os autocarros parados ao mesmo tempo naquele espaço para deixar alunos, infelizmente hoje parece-nos

que isso não ocorre e aquela segundo a zona de estacionamento em frente aos prédios da Tapada da Torre, há aí uma frente grande que tem proibido estacionar das 17:00 às 18:00, salvo transportes escolares, pronto é só uma nota para pedir para que se reveja se há mesmo necessidade de manter aquela zona de estacionamento para transportes escolares ou não, e, caso se entenda que já não faz sentido tanta zona de estacionamento e que se entenda corrigir, é porque as autoridades fazem aquilo que lhe compete e sei que aqui há poucos dias houve ali quem tenha levado algumas multas de estacionamento, pronto as autoridades cumprem o que têm de cumprir, não é por aí, mas é mais para de facto de se poder ajustar. -----

A segunda questão tem a ver com a visita do Senhor Ministro da Educação que ocorreu há alguns dias a este concelho, para visitar de facto as escolas, nomeadamente esta mesma escola e com o facto de a informação que nos chegou e foi confirmada pessoalmente, nem o Senhor Presidente da Junta de Sardoal, nem os dois vereadores do Partido Socialista receberam a informação ou convite para participarem nessa visita. Colocam-se aqui algumas questões, mas a primeira que eu gostava de colocar é que o Senhor Presidente explicasse aqui qual é o protocolo, quais são os procedimentos que estão definidos na Câmara Municipal que devem ser executados quando ocorrem visitas de entidades deste género, se é que existe um protocolo, os procedimentos definidos para isso, para percebermos o que é que falhou, porque noutras visitas que ocorreram de facto não aconteceu e nesta, de facto isto passou-se e, parece-nos que é grave, do ponto de vista democrático tem alguma gravidade e portanto gostávamos de perceber exatamente o que é que o que é que se passou.-----

Última questão, tem a ver com a Casa dos Almeidas e a antiga escola primária ou Externato Rainha Santa Isabel, a imprensa regional veiculou informações do que a empresa com quem a Câmara tinha o contrato, pretende rescindir o contrato unilateralmente, o Senhor Presidente confirmará se sim, se não se já foi, se não foi e, supostamente, porque não obteve os pareceres necessários ou as aprovações necessárias da parte do IPPAR, o Senhor Presidente seguramente terá mais informações para nos dar, esta é uma noticia do Médio Tejo e creio que no Mirante, portanto gostava que o Senhor Presidente nos explicasse ou desse o ponto da situação sobre isto, porque de facto é um assunto que nos preocupa e, aliás, isto foi mesmo comentado nas redes sociais, portanto presumo que o Presidente saberá do que se fala e portanto terá mais informações.” -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo "Só para juntar aqui mais um dado, não foram convidados os Senhores deputados do Partido Socialista nem os Senhores deputados do Partido Social Democrata, nem os Senhores presidentes de junta eleitos pelo Partido Social Democrata." -----

O Senhor deputado Adérito Garcia refere " Peço desculpa referia-me aos Senhores vereadores" ao que o Senhor Presidente da Assembleia refere, de novo "não houve convites para esta visita do Ministro da Educação mas depois o Senhor Presidente explicará." -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo "Eu começaria precisamente por aí, Senhor deputado Adérito Garcia, gravidade democrática, o Senhor sabe o que acabou de dizer, foi a primeira vez que aconteceu, o Senhor nem sequer põe a hipótese de ter havido um lapso e o Senhor começa logo a dizer, gravidade democrática, é grave aquilo que o Senhor está a dizer, porque nós temos um histórico de muitos anos aqui, em que trabalhamos juntos, uma árvore não faz a floresta e aquilo que o Senhor está a querer fazer é que uma árvore faça a floresta, por isso, acho que está a usar um palavreado excessivo para aquilo que aconteceu que o Senhor nem sabe bem o que é que aconteceu, mas a partir logo do princípio, fala em gravidade democrática sem saber o que se passou isso sim, é de uma grande gravidade na minha opinião.-----

Bom então que se passou, houve realmente um lapso, que foi eu não ter convidado o meu executivo na totalidade, ponto. Porquê, porque o convite foi feito às 17:30, a confirmação aliás, o Senhor Ministro, diz-nos às 17:30 da véspera, que vem visitar as obras na escola e vem dar início ao segundo período, ora quem tem obrigação protocolar nesta matéria e neste dia e nessas circunstâncias é o Ministério da Educação, não é a Câmara, porque aquilo não era uma festa da Câmara, não era nenhuma iniciativa da Câmara, porque foi o Senhor Ministro, foi o Ministério da Educação que disse.-----

Agora, lapso sim, isso já ficou resolvido, e ficou mais que esclarecido com os vereadores do executivo, ficou resolvido entre nós, julgo que não vale a pena estar a falar mais aqui, em relação às outras pessoas, é assim que as coisas são. Agora, gravidade democrática, se calhar é mais aquilo que o Senhor está a dizer do que tudo o que se passou, por isso, julgo que estamos entendidos.-----

Na última Assembleia, Senhor deputado, não se preocupe porque as informações chegaram aos órgãos como deve ser. -----

Em relação à Casa dos Almeidas, a primeira coisa que eu recomendo ao Senhor deputado, é que leia com atenção as próprias notícias da comunicação social, porque o Senhor não leu, porque em lado nenhum, nas notícias da comunicação social fala em falta de pareceres do IPPAR ou do IGESPAR, o

que o Senhor quiser, por isso a primeira coisa, para o Senhor ter uma intervenção, como na verdade esta assembleia merece, a primeira coisa que devia fazer é na verdade, quando fala sobre documentos da comunicação social, pelo menos lê-los em condições, em lado nenhum fala que houve falta de pareceres do IGESPAR. O que acontece foi o seguinte, ou do IPRAR já não existe, o que acontece foi o seguinte, na verdade, a Casa dos Almeidas, nós temos um protocolo, tínhamos um contrato de concessão e o proprietário da empresa na qual nós temos o contrato de concessão, diz-nos que pretende ir a financiamento de uma outra forma que não aquela, que o contrato de concessão não lhe permite, esse financiamento é através do Turismo Fundos e aquilo que ele solicita é que seja feita unilateralmente a rescisão ou por acordo, neste caso foi de mútuo acordo, uma vez que ele quer ir obter financiamento com a Turismo Fundos e entretanto, em contrapartida, aquilo que ele fez foi ceder o projeto e, aqui sim, entra a questão do IGESPAR e, aquilo que nós dizemos, o facto de ceder o projeto à Câmara, representa cerca de dois anos de trabalho, porque o projeto já está aprovado pelo IGESPAR e, o facto de já estar aprovado pelo IGESPAR, tem um valor muito maior, pelo menos temporal de dois anos e, aquilo que aconteceu, foi a reunião de Câmara e foi aprovado por unanimidade. -----
Posso dizer que nunca a obra do Hotel Charme esteve tão próxima de ser realizada como neste momento. -----
Em relação à sinalização, primeiro estão as crianças e primeiro está a segurança das crianças e, como tal, nós temos ali uma situação, algumas situações em que pelo menos dois autocarro estão e, para que as crianças estejam seguras, há um autocarro que fica num lado, outro autocarro fica no outro, juntamente com os pais que às vezes se intrometem ali pelo meio, julgo que em nada prejudica as crianças, pelo contrário, fazermos uma alteração neste momento, acredito que sim iria beneficiar alguns moradores ali na zona, mas iria certamente prejudicar a forma como as crianças ali circulam para os carros dos pais, agora, se as pessoas não cumprem as regras de trânsito, isso é um problema das pessoas, é um problema de civismo e problema da autoridade atuante, que neste caso é a GNR.-----
Em relação ao Externato, eu não percebi bem o que é que o Senhor queria saber, mas de qualquer das formas, posso-lhe dizer que nós temos neste momento aprovado a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel, dentro do PARU, uma obra no valor de 400000€ e que queremos que essa obra comece ainda este ano, aliás, vai haver aqui uma alteração orçamental, precisamente uma das componentes, tem a ver com a da requalificação do Externato.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques dizendo “a minha questão é direcionada sobre esta temática da Casa Grande ou dos Almeidas, tendo em conta que tem sido bastante veiculada na comunicação social e também nas redes sociais, tem sido muito falada, nomeadamente esta tarde, no Facebook do Partido Socialista de Sardoal, refere lá, pelas palavras de um ex-deputado desta Assembleia em cinco inabilidades do executivo da Câmara Municipal e fala, entre elas, sobre a autarquia, desporto, património público de modo gratuito, questiono ao Senhor Presidente sobre esta situação e da cedência de património, classificado sem transparência, no procedimento de escolha da proposta mais vantajosa, mas havia mais propostas senhor presidente. A questão é a seguinte, já falou sobre isto, a qualidade disto já foi aqui badalada, sabemos que parte do Partido Socialista também já avançou com esta questão, mas é só para ficarmos de uma vez por todas esclarecidos, porque parece que o que incomoda realmente é termos ali, aquela grua no meio da Vila parece que está a causar, é o que causa mais impacto e não a resolução do processo, é só para esclarecer de vez esta situação.”-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo o seguinte “eu julgo que nós estamos esperando pessoas que percebem aquilo que se diz e, que as coisas são ditas repetidamente, mas as pessoas não entendem, é um direito que as pessoas têm, mas também, não é o facto das pessoas dizerem uma menos verdade, ou criarem um cenário à volta de uma coisa que não é verdade e, de o dizerem várias vezes, que isso passa a ser verdade, não é.-----

Aquilo que eu posso dizer em relação a isso, eu tive conhecimento dessas questões, mas eu não faço a gestão da Câmara pelas redes sociais, mas também, nós somos políticos e não podemos estar completamente indiferentes aquilo que se passa, agora, o que é lamentável é que as coisas são explicadas várias vezes, e mesmo assim as pessoas não entendem. Mas voltamos ao cerne da questão, volta-se a falar de falta transparência, volta-se a falar de alguma ilegalidade, volta-se a falar de coisas que se tem vindo a falar ao longo destes anos, olhe uma coisa lhe digo, se isto fosse um jogo de futebol, se fosse uma qualquer partida neste momento, garanto-lhe que o Partido Socialista estava a perder 3-0, por uma razão muito simples, olhe, porque a Casa Grande e Hotel de Charme, nada neste momento, ainda nos diz que ele não vai ser feito, atenção, nós estamos a falar de uma parceria público-privada, uma coisa vos garanto, aquilo que é a parte pública, parte da Câmara Municipal, nós fizemos e temos feito tudo aquilo que estava nosso alcance até este momento, agora nós não mandamos no dinheiro dos privados, nós não podemos obrigar os privados, “não, não isto tem que ser amanhã, tem que ser depois de amanhã”, nós sabemos como é que estas coisas são. -----

Recordo que a escola demorou nove anos até que nós quiséssemos fazer uma escola e até que a obra começasse, nove anos. Estas coisas demoram muito tempo. Volto a dizer, eu estou confiante mas não tenho a certeza, porque a certeza não posso ter, a certeza tenho em relação à escola, a certeza tenho em relação ao Externato, a certeza tenho em relação ao Centro de Interpretação da Semana Santa, a certeza tenho em relação à requalificação e a substituição de redes na Freguesia de Santiago Montalegre. Essas são as certezas que nós podemos ter, como a certeza que tivemos em relação à requalificação de Panascos e Casos Novos, como a certeza que tivemos em relação aos passadiços centrais. Essas são as nossas certezas, porque são aquelas que dependem de nós e de outras entidades públicas. Agora quando nós temos uma parceria com um privado as coisas podem não correr bem. Agora eu acredito e tenho obrigação de acreditar, eu acredito até ao fim, eu acredito vou continuar a acreditar que o hotel é uma realidade mesmo que isso apoquente muita gente. ----- Mas agora voltamos atrás e vamos falar dos 3-0. As pessoas não aprendem. Então numa Assembleia Municipal de 29 de outubro, numa reunião de 29 de outubro de 2014, um Senhor vereador do Partido Socialista pede os documentos, depois de aqui, nesta assembleia, ter sido posta em causa a falta de transparência, essas coisas todas que não vou repetir, depois de tudo isso ser posto em causa nesta assembleia, eu desafiei o senhor deputado na altura, dizendo qualquer coisa deste género, peço desculpa mas pode ser que seja a última vez que falemos nisto “interveio o Presidente da Câmara para alegar a defesa da honra sabendo que não é costume responder a declarações de voto mas atendendo à defesa da sua honra, gostaria de fazer uma declaração perante o que acabou de ouvir, referindo o Senhor deputado em nome do partido Socialista, fez algumas declarações que considera graves à sua honra e daqueles que votaram a favor consigo neste projeto lançando o desafio ao deputado em causa, dentro daquilo que são as suas obrigações deveres e competências, como deputado, disponibilizando todos os documentos do processo para que o envie à inspeção-geral de finanças, à direção-geral das autarquias locais e se entender e se achar que o deve fazer, ao ministério público, sob pena de considerar que os poucos votos que os sardoalenses depositaram no Senhor deputado não lhe foram merecedores”. O que acontece, estamos a falar em 2014, o que acontece na reunião seguinte, o Senhor vereador de então, pede, pronto já que o senhor Presidente tanto insiste, dê cá os documentos que é para enviar para essas entidades todas e enviou, e, ninguém disse que isto era ilegal, a Inspeção-Geral, o Ministério Público, seja quem for, não disse absolutamente nada, não se pronunciou sobre qualquer ilegalidade, conforme ou qualquer suspeita que era levantada, agora, passado tanto

tempo ainda voltarem, as mesmas pessoas, a dizer a mesma coisa, não é só pôr em causa este executivo mas é pôr em causa também a Inspeção-Geral de Finanças, é pôr em causa o Ministério Público, é pôr em causa todas as entidades que analisaram este processo, então as entidades que analisaram este processo, o que é que andaram a fazer?. Mas, não ficamos por aqui. Também os Senhores deputados da Assembleia da República e não acredito que eles tivessem feito só por iniciativa, sem que alguém lhes tivesse dito que isto estava a acontecer, enviaram também ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Cultura, uma reclamação por causa da Casa Grande e não lhes foi dada razão, então e continuamos na mesma, com os mesmos argumentos, com a mesma conversa.-----
Acho que um bocadinho mais de imaginação seria ou de rigor, não digo imaginação, um bocadinho mais de rigor, fazia muita falta à política do nosso concelho. -----
O Ministério da Cultura tem conhecimento através da Direcção-Geral do Património, que no caso concreto, este imóvel, enquanto a sua classificação era propriedade privada e, este foi sendo sucessivamente adquirido ao longo dos anos, o Ministério da Cultura, as autoridades, tudo isso foi feito com a maior transparência, tudo isto foi feito com maior rigor, tudo isto foi feito, isso garanto-vos.-----
Agora se o hotel vai ser feito ou não, eu acredito que sim, mas não posso garantir.-----
Por isso meus senhores, eu não sei o que é que podemos fazer mais, aquilo que eu posso dizer é que ficarei muito satisfeito, que no dia que viremos esta página e, no dia que estejamos lá todos satisfeitos a inaugurar aquela unidade, por uma razão muito simples, porque faz falta o nosso conceito, faz falta a nossa estratégia ao nosso concelho e volto a dizer mais, durante muitos anos, aquela casa tem muitos anos na posse da Câmara, nunca ninguém se preocupou com ela, pessoas que andam aqui há muitos anos, nunca os ouvi falar, não há memória sequer que alguém alguma vez tenha dito “Atenção temos uma casa a cair”, foi preciso o Miguel Borges, Presidente de Câmara e o seu executivo, levantar essa questão, pôr pernas ao caminho e dizer, “isto tem que se resolver”, os problemas todos surgirem. Pronto, mas a democracia é assim e, façamo-la dentro daquilo que é o respeito democrático e, até agora, também vos digo, neste momento não há falta de respeito democrático para comigo, mas há sim, perante estas entidades, que perante os papéis todos, aqueles que Partido Socialista lhes enviou, não lhes dão razão. -----
Se quiserem, o que eu posso fazer é voltar novamente a dar os documentos, para que essas entidades se possam pronunciar em relação a isso, agora uma coisa é certa, não é por nós andarmos a bater sempre na mesma tecla que vamos mudar o ritmo da música, não é assim. Os senhores do Partido

Socialista insistem nessa conversa, mas sabem também porquê? porque parece-me que é o único tema que eles têm, que lhes pode dar alguma visibilidade neste concelho, não há mais problemas na terra? o único problema da terra este? o único problema do concelho é este? parece que sim, parece que é, e não é problema nenhum.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo “É com alguma tristeza que vou fazer hoje aqui esta noite, esta minha intervenção e presumo que talvez seja a última, pelo menos deste tipo, que faço isto, porque a minha pessoa nunca publicou nem partilhou nada em redes sociais que diga respeito ao funcionamento da Assembleia Municipal de Sardoal, quando muito, tenho-me limitado a publicar, para conhecimento, o edital, no grupo em que sou administrador, só isso e, comento uma ou outra publicação colocada por membros desta Assembleia ou outros, partilhas e publicações minhas nunca apareceu nenhuma, sempre me pautei por intervenções respeitadas nesta casa e, em consciência posso afirmar que ao longo de vinte anos, com muito orgulho, sou membro desta Assembleia Municipal, nunca tive qualquer atitude de menosprezo pelos meus, nossos, adversários políticos, pese embora e tenho de o reconhecer, sempre me inclinei muito mais pela defesa dos interesses da terra que me viu nascer, a Freguesia Santiago Montalegre. Infelizmente existem já demasiadas pontas soltas que vou juntando e, que me levam a acreditar que os ataques vêm de alguém presente nesta sala, e isso perturba-me, não tenho a certeza mas com o tempo lá chegarei, só que eu estou deveras revoltado, eu não pude deixar passar o facto de durante o dia e a noite de ontem, ter sido bombardeado nas redes sociais, com todo o tipo de insultos relativamente à minha condição de membro da Assembleia Municipal do Sardoal, logo na véspera desta sessão, não foi seguramente uma mera coincidência. Quem me conhece sabe bem que este tipo de afrontas não me preocupam nem me tiram o sono, mas quando envolvem os meus companheiros de bancada, a maioria deles jovens, eleitos nas eleições do PSD e quando alguém, com perfil falso e sabendo que os perfis falsos na sua maioria não são cidadãos comuns, mas gente com ligações partidárias, vêm dizer nas redes sociais que os deputados municipais do PSD presentes nesta Assembleia, são uma bicharada aqui as coisas mudam muito de figura. Não admito nunca, nem nunca irei admitir, que alguém, seja quem for, me ataque utilizando como arma de arremesso os meus companheiros de bancada, a quem eu respeito mais do que ninguém. Aqui na nossa parte não há bichos, não há bicharada, há gente, acima de tudo gente sardoalense, se existe alguém presente nesta sala, que nas redes sociais usa um perfil falso, seja coerente e diga-me aqui, cara na cara, o que tem para dizer que eu respondo, mas diga-me na cara e

não envolva os meus companheiros de bancada, porque esses eu defendo-os até à morte se for caso disso. -----

Houve o deslante de publicar durante o dia de ontem, que eu andei uma vida inteira a mamar à conta do Município do Sardoal, não sei como, nem quando, nem porquê, mas enfim, que até lancei um livro de minha autoria e que foi publicado com dinheiros públicos, que teriam muito melhor aplicação noutras áreas. É verdade, o livro foi publicado, eu orgulho-me muito disso, mas daí não tirei nenhum dividendo, dei tudo o que tinha para dar e, sinto-me inteiramente feliz por isso e, ainda hoje, compro o meu próprio livro para oferecer a amigos que me pedem. Termina a minha intervenção pedindo imensa desculpa pelo teor da mesma, particularmente ao Senhor Presidente da Mesa, com todo o respeito e consideração que tenho por si e por toda a Assembleia, mas quero que fique bem claro, que nunca e, em nenhuma circunstância, vou permitir que os meus companheiros de bancada venham publicamente a ser ofendido pelas minhas tomadas de posição, primeiro pelo respeito que merecem e depois porque felizmente, ainda estou em condições de responder pelos meus atos e pelas minhas palavras. Lamento informar que alguém está a escolher muito mal para embirrar, eu tenho muitos anos disto, estive em todas as frentes, quem quiser que me ataque, mas ataque-me de frente e publicamente, deixe os meus companheiros bancada em paz, porque é em alguns deles que está a garantia do futuro do concelho de Sardoal.” -----

Disse ainda o Senhor deputado Francisco António “Eu, muito sinceramente, não queria, de todo, falar hoje, aqui, deste assunto, até porque foi isto mesmo que despoletou e deu forma à minha anterior intervenção. Mas o decorrer dos trabalhos obriga-me, por imperativo de consciência, a ter mesmo de intervir. As dúvidas que o PS sempre aqui colocou, no desenvolvimento de todo este processo, foram possíveis irregularidades e até ilegalidades. Resumindo, o PS não ajudou em nada, antes pelo contrário, apenas complicou ou, pelo menos tentou complicar, e estou a recordar o facto de terem levado a assunto ao Grupo Parlamentar do PS na AR, no sentido de os mesmos questionarem os Ministros da tutela, facto que, afinal, não veio dar em nada, a não ser alguma estagnação no andamento do processo.-----

Agora, é mais que sabido que não foi cometida nenhuma irregularidade nem ilegalidade, logo caíram por terra as preocupações do PS que, em minha opinião, até se afiguravam legítimas mas, não foi por isto que o contrato foi anulado.-----

Na altura, a gestão da autarquia, entendeu por bem, e nós apoiamos, que a melhor solução para resolver o problema da Casa Grande era aquela mas, infelizmente, não se concretizou pelo menos para já. No entanto, convém realçar, que o processo não parou, e que o seu desenvolvimento abriu uma nova janela, pese embora noutra direção. -----

É do domínio público que a empresa envolvida deixa, como contrapartida, a cedência a título gratuito ao Município o projeto de arquitetura designado remodelação, ampliação de edifício destinado a Unidade hoteleira. O projeto cedido terá um valor que ronda os 40 mil euros e conta com dois anos de aprovações de diferentes pareceres e as devidas autorizações, o que, em minha opinião, já é um avanço considerável, se tivermos em linha de conta, os muitos anos que demoraram a estar disponíveis outros projetos que a autarquia desenvolveu. -----

Agora, todo o processo parece encaminhar-se na direção da Turismo Fundos, uma empresa com maioria de capital público, através do Turismo de Portugal o que, de alguma forma, vai ao encontro daquilo que o PS deu a entender que defendia no início, portanto não encontro aqui razão para a vossa preocupação. Afinal o processo não está encerrado e certamente que chegará a bom termo, porque é isso que todos desejamos. É de inteira justiça que se refira e se realce aqui o exaustivo trabalho desenvolvido quer pelo Sr. Presidente da Câmara, quer pelo Sr. Vice-Presidente, que não se pouparam a esforços no sentido de que, quer a obra da Casa Grande, quer a obra do Externato de Santa Isabel venham a ser uma realidade, e vão sê-lo com toda a certeza.” -----

Intervio mo Senhor Presidente da Câmara, referindo “ Senhor deputado Francisco Antão enquanto eu e o vice-presidente andamos a tentar resolver o problema do hotel, o Vereador Pedro Rosa ficou a governar a casa e por isso também teve um papel muito importante e fundamental em todo este processo.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente para referir “ No ponto quatro que nós vamos aprovar com certeza, a revisão orçamental, fala aqui na remodelação e beneficiação das Etar's de Vale das Onegas e do Tojalinho e também porque vamos falar no sistema intermunicipal de serviço de abastecimento de águas e saneamento, acho que é oportuno voltar a trazer aqui a questão da Etar dos Valhascos e, como na última Assembleia eu tinha lançado o desafio ao Senhor Presidente para ir comigo visitar a Etar sul e, não tivemos a oportunidade disso, não foi por outra razão, eu passei por lá hoje e tirei algumas fotografias e se o Senhor Presidente me autorizasse, para complementar esta minha intervenção gostava de entregar aqui umas fotografias se me permitir. -----

Tenho falado várias vezes sobre esta situação, em que se encontra o que é lastimável de facto, é um perigo, a saúde pública está em causa como podem verificar, isto é um tanque que acho, na minha opinião, devia estar seco, não, na última assembleia eu disse que isto já tinha caído, passam por ali rebanhos, ele pode cair ali, já caiu, está a 10 metros de uma via pública onde passa o percurso pedestre via romana, passa ali a 10 metros. Esta segunda fotografia que viram tem aqui ao lado mesmo, tem dejetos. O Senhor Presidente teve oportunidade de dizer isto, que na altura, tinham feito análises às águas e que estava tudo bem, se calhar a informação que lhe prestaram não era mais correta acho eu, basta ir ao local e ver e já agora que falamos nestas Etars todas, eu gostava que os Valhascos, que olhassem para esta situação porque é lastimável. Era só isso que eu queria e gostava de uma observação do Senhor Presidente sobre isto.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo “ aquilo que podemos fazer, mais uma vez, é falar com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que é quem está a explorar estas Etars, ao contrário das outras que vamos falar mais à frente, essas nossas e estas estão concessionadas à Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Nós alertamo-los muitas vezes, quando estas coisas acontecem, agora, não é pelo fato do Senhor não gostar delas assim, que elas estão em incumprimento, não é pelo facto de elas deitarem algum cheiro que elas estão em incumprimento, ou seja, há regras, há normas e, aquilo que eu espero e aquilo que a saúde pública espera, aquilo que o Ministério do Ambiente espera, é que as entidades, as quais são detentores destes sistemas, que cumpram a legislação, porque se não o fazem as multas são pesadíssimas. Agora uma coisa eu sei, que obrigatoriamente elas são analisadas e perante os resultados das análises, é feita a sua avaliação, é isto que eu lhe posso dizer, agora se nós olharmos para uma fotografia destas, quer dizer, pois, não sei, não sei o que é que significa, porque eu percebo o que o Senhor quer dizer, oh Senhor deputado não vejo nenhuma crítica em relação à sua postura, o que o Senhor está a fazer, está a fazer muito bem, é sua obrigação como deputado, e nós estamos cá para isto, agora, não é pelo facto de nós falarmos disto três ou quatro vezes, que aquilo que não é um problema passe a ser problema agora. Mais uma, vez posso dizer, que vou alertar, como já fizemos noutras circunstâncias, noutras Etars, a entidade detentora deste sistema, vamos alertá-los, atenção, que gostávamos que houvesse um esclarecimento em relação esta situação assim assim, pronto.-----

O senhor não fez e podia ter feito em jeito de requerimento, mas não precisa que eu vou tratar disso e vou pedir à entidade, à Águas de Lisboa e Vale do Tejo que eles que nos enviem um relatório sobre este sistema e depois terei todo o gosto de fazer chegar. Se ele não estiver em condições, é porque há

incumprimento da parte da empresa na qual nós depositamos a confiança em fazer a gestão do nosso sistema é só isso que eu posso dizer, mas agora, Senhor deputado, nada contra, só está a fazer o seu trabalho e muito bem, nós estamos cá para responder.”-----

Respondeu o Senhor deputado “ Eu confio em si para resolver o problema.” -----

“Senhor deputado, se é que há problema, o Senhor pode confiar em mim em tentar esclarece-lo, e arranjar todas as formas de esclarecer, agora se há problema ou não vamos ver, mas dou-lhe a minha garantia, a minha palavra de escuteiro.” -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos dizendo ” Também não quero estar a massacrar as pessoas com este assunto, mas eu acho que, eu já tive a oportunidade de dizer isto ao Senhor Presidente da Câmara, mais do que uma vez pessoalmente e, até se calhar em público, que se calhar temos que falar das coisas muitas mais vezes, porque aquilo que é claro para nós, não é claro para quem não tem, ou não lê tudo como deve ser, ou se senta aqui e não sente a responsabilidade de progredir e passar à frente, uma vez que poderá haver uma alternativa no procedimento e as coisas podiam ter e vocês podiam ter optado, se a bancada do PS pudesse fazer as coisas de outra maneira, e a democracia é legítima, essa alternativa, há sempre outros caminhos para fazer as coisas mas pelo número de vezes que já ouvimos este tema também, talvez fosse interessante ouvir a bancada parlamentar lançar uma proposta concreta sobre o procedimento. Porque há sempre críticas, as críticas são sempre as mesmas, são sempre feitas em redes sociais maioritariamente, além daqui e nem sempre são feitas da maneira mais correta. A meu ver, já o disse outras vezes e portanto acho que de qualquer modo o Senhor Presidente devia estar feliz porque como disse há bocado, apesar de tudo, o resto do trabalho não é muito criticável, significa que o trabalho está a ser bem feito, é tudo.”-----

Tomou a palavra o Senhor Adérito Garcia dizendo “queria fazer só dois comentários e posso começar já pela questão da Casa dos Almeidas, para dizer que quem leu atas para trás também percebeu que nós nunca nos opusemos a que fosse um hotel de charme, ou o que quer que fosse, aquilo que nós sempre dissemos e sempre chamamos a atenção, é que a forma como foi feito, entendemos nós, não era mais correta e devia ter havido um debate de ideias, porque até podia ter aparecido uma ideia de uma coisa diferente, agora, é como foi feito é que nós não concordamos, não apareceu uma ideia porque não houve no concurso de ideias, não houve. Chegou uma pessoa e, o Senhor Presidente pode confirmar, chegou uma pessoa com uma ideia e a Câmara não ligou e decidiu avançar, mas não foi feito uma coisa, que foi definir um calendário, um regulamento, para que quem tivesse interessado

propusesse ideias e depois daí, se avaliar qual seria a melhor ideia, porventura chegávamos ao mesmo sítio, hotel de charme, porventura sim, mas podiam ter ocorrido outras coisas.-----

Era só para realçar que a nossa posição contra, é só esta questão formal do concurso de ideias e não atribuir, não avançar com a primeira ideia, o primeiro projeto que alguém apareceu a bater à porta.-----

Interveio Senhor Presidente da Assembleia referindo que "só para esclarecimento e peço desculpa estar aqui a interferir, mas uma coisa é não concordar com a forma como foi feito, outra coisa é ilegalidades. São duas coisas distintas."-----

Continuou o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo "Nós continuamos a achar, se me for permitido, que o concurso de ideias teria sido mais transparente, pronto, e sobre este assunto, por mim o assunto está, fica encerrado, porque acho que pelo menos para este mandado, toda a gente fica a conhecer qual é a nossa posição sobre esta matéria. -----

Segunda nota e, para o Senhor deputado Francisco António, por quem eu tenho muita estima, por tudo e mais alguma coisa, para lhe dizer que pessoalmente não estava ao corrente de nada daquilo que relatou sobre os comentários sobre si no Facebook, lamento profundamente e nem eu, nem os meus colegas de bancada, nem os Senhores vereadores do Partido Socialista, nos revemos no que quer que seja nesses comentários. Portanto se alguém o fez e, se intitulou, ou se tentou fazê-lo em nosso nome, não fez bem, porque nós não alinhamos nesse tipo de atitudes, já tivemos algumas discussões até vi nas redes sociais, mas sempre de forma educada e há um limite, que eu acho que não pode ser ultrapassado e portanto e, nas redes sociais então muito menos. Portanto só para dizer, que da nossa parte, repudiamos completamente qualquer tipo de atitude contra o Senhor deputado, ou contra qualquer outra pessoa que esteja presente ou outro Senhor deputado desta assembleia ou membro da Câmara Municipal de Sardoal, ou qualquer outro órgão autárquico deste país, porque as redes sociais não devem ser usadas para isso e, portanto, não pautamos a nossa conduta por esse tipo de comentários e portanto, manifestamos o nosso lamento pelo que sucedeu e, alguma forma apoia-lo e dar-lhe algum conforto, porque de facto não nos revemos nisso, não temos nada a ver com isso."-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo "Senhor deputado Garcia, primeiro, o Senhor tinha a oportunidade, não de fazer um concurso de ideias, mas ter uma ideia, dos anos todos que foi deputado nesta casa e nunca teve uma ideia para a Casa Grande, o Senhor e outros que aqui estão, inclusivamente do meu partido, mas ainda, nos últimos quinze dias, eu não gosto de falar nos Facebooks dos outros por uma razão muito simples, muito menos no do Partido Socialista, porque os

senhores têm meia dúzia de likes, então é bom que nem se publicite, mas pronto os senhores podem publicitar o que quiserem, mas esta frase está lá “o vereador eleito pelo Partido Socialista na altura tais motivos levaram a que nessa altura, o vereador eleito do Partido Socialista questionasse inclusivamente a legalidade de todo o processo”. Isto é recente, os Senhores voltaram novamente a referir e frisar a ilegalidade de todo este processo, não fui eu que disse, foram os senhores, está lá no vosso Facebook, está lá na vossa página de Facebook. Eu já provei ou não provei, as outras entidades é que fizeram, agora, isto não é novidade nenhuma, isto é antigo, já estamos fartos de falar sobre isso, nós podemos ter ideias diferentes, é legítimo os Senhores dizerem quererem um concurso de ideias e quererem fazer as coisas de uma outra forma, completamente legítimo, agora não podem dizer de forma alguma que é mais ou menos transparente, assim como não podem dizer que é ilegal. É legítimo, termos ideias diferentes, tivemos opiniões diferentes sobre o assunto, tivemos momentos de agir sobre o assunto e, isso não vos dá o direito de dizer que o nosso é ilegal e não é transparente e o vosso é legal e é transparente, isso não dá esse direito, não dá, porque a lei não permite e, as entidades que estão acima de nós, quando nós temos essas dúvidas, nenhuma se pronunciou sobre esta ilegalidade, é só isso que está em causa. Podia ser, pois pode, um concurso de ideias, claro que sim, podia ser termos aí cinco ou seis, sete empresas como se fosse Fátima, como se isto fosse Sintra, como fosse Porto, como se fosse Lisboa, podia ser, podíamos ter duas, mas temos só uma pessoa. O Senhor tem toda a legitimidade de dizer, os senhores têm toda a legitimidade de querer que assim seja, mas a única diferença, nós governamos e agimos perante aquilo que achamos que é melhor para o nosso concelho, o que é melhor para o nosso território. Agora, eu não aceito de forma nenhuma, as acusações de falta de transparência e de ilegalidade, temos ideias diferentes e isto é saudável e, aquilo que os senhores fizeram foi ofensivo e continuam a fazê-lo.” -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras referindo “sobre a prevenção dos fogos florestais e aquilo que está a ser feito penso que agora nesta altura é que temos que prevenir não é, em relação à limpeza dos terrenos, abertura de caminhos, informação à população, tudo aquilo que está a ser feito. Em relação à questão do hotel e à questão do Facebook, aquilo que gostava de ver, as fotografias de inauguração do hotel no Facebook seria interessante vermos isso. De qualquer das formas, no fundo portanto no fundo é que, se tem parte de capitais públicos e pode ser utilizado neste, naquele espaço, na casa grande, ou pode ser utilizado noutra tipo de espaços e também podíamos fazer um concurso de ideias, para encontrar outro tipo de espaços para que se pudesse aplicar esta questão, para o

turismo de Sardoal que é importantíssimo. A questão de hotel, quanto mais depressa melhor não é?, tudo aquilo que se puder fazer para que isso possa acontecer e vir a ser uma realidade.”-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo “Senhor deputado, em relação à prevenção dos fogos florestais nós temos um trabalho já no terreno, foi aquilo que fizemos o ano passado e pelo menos já tivemos esse trabalho de sensibilização em relação àquilo que foi feito o ano passado, quando reunimos nas diferentes freguesias. Agora já fizemos editais, que já estão na rua e também vamos fazer uma sessão no próximo dia 23, aqui no Centro Cultural, onde vou estar presente, onde vai estar o senhor Comandante Operacional Municipal e, aonde vai estar também a GNR, dando aqui uma oportunidade também às pessoas, de apresentar as suas dúvidas, sendo certo que o concelho de Sardoal tem sido um concelho referido ao mais alto nível, pelo bom trabalho que temos vindo a fazer dentro do nosso território por isso vamos continuar na divulgação na nossa página, nas diferentes redes sociais, mas também vamos fazer dia 23 esta apresentação. De qualquer das formas volto a dizer que o governo volta novamente a não ser rigoroso na informação que põe cá fora, mas pronto, eles têm certamente consultores errados e, posso dar só um exemplo, quando dizem e todos já viram certamente o spot publicitário “limpe Os 50 metros ou 100 em volta da sua casa” então e se a casa não for dele, quem é que limpa os terrenos se não forem do dono da casa ou se a casa não for dos donos dos terrenos, claro.”-----

Interveio o Senhor deputado César Marques, dizendo “ A questão é também sobre a defesa da floresta que falámos agora, tendo em conta que houve algumas alterações à queima de sobrantes, esses esclarecimentos serão aqui no Centro Cultural, ou teremos também como noutras ocasiões, nas restantes freguesias, tendo em conta que há muita gente ainda, agora com esta alteração, de ligar para os bombeiros, para a câmara, está muita gente aí confusa. Com esta nova situação o que é que se pode esperar, se também vamos ter esclarecimentos nas freguesias.”-----

O Senhor Presidente tomou a palavra para responder, dizendo “Por acaso nós no Sardoal já há muitos anos temos esta boa prática de aconselhar as pessoas sempre e, as pessoas já de certa forma estão assim habituadas a telefonar sempre para o quartel dos bombeiros, aquilo que hoje é um imperativo legal já está de certa forma no espírito dos Sardoalenses, porque é esta a nossa sugestão há muito tempo. De qualquer das formas, a dimensão das alterações legislativas que nos levou a fazermos estas sessões durante o ano anterior, as diferentes sessões não tem o volume que esta tem atualmente, são pormenores como por exemplo, o que está a dizer e muito bem, sobre a queima de sobrantes, a

necessidade de se comunicar à Câmara Municipal e, nós aqui estamos a dizer Bombeiros Municipais, é Câmara Municipal, o que permite que as pessoas também possam fazer por exemplo durante o fim de semana ou possam fazer a qualquer hora do dia também. Há uma Plataforma do ICNF onde as pessoas podem comunicar, mas sabemos nós que a realidade de muita da nossa população que quer fazer essa queima de sobrantes, não são pessoas que tenham facilidade de acesso a essa plataforma, por isso é, acesso à plataforma do ICNF e telefonar para a Câmara Municipal, neste caso, via bombeiros municipais.” -----

Continuou o Senhor deputado referindo que “A questão surge, porque durante esta semana ouvi nos Valhascos, as pessoas dizerem que no edital da Câmara diz que só se pode ligar para a Câmara, então não se pode queimar no fim de semana, portanto, as pessoas ainda estão um bocado confusas.”-----

Diz o Senhor Presidente “Eu ia arriscar dizer que o edital fala Bombeiros Municipais, Câmara Municipal, então se a pessoa não pode telefonar a comunicar, não queima no fim de semana, agora tem é de cumprir a lei e, a lei diz que a pessoa, antes de queimar tem que, realmente isto foi o que aconteceu o ano passado é curioso é que, nós informávamos, mas houve um conjunto pessoas que não sei porquê, andavam fazer contra-informação. Em vez de as pessoas se habituarem e cumprirem a lei, não, há sempre alguém que é mais inteligente do que quem faz a lei, que é mais esperto, desculpem a expressão, do que aqueles que estão a fazer isto, e que arranjam essa contra informação. Muito bem, se a pessoa quer fazer a queima de sobrantes durante um fim de semana e não teve oportunidade ou não comunicou, esse vai ser um problema da pessoa e da GNR e, um problema de todos nós, que isso é que está na génese de tudo isto, que é, se a pessoa não consegue controlar, como por exemplo ainda hoje aconteceu, uma pessoa não consegue controlar uma queima de sobrantes e depois acontece o que a gente sabe que acontece, inclusivamente até no nosso concelho muito recentemente tivemos uma morte. Agora nós queremos evitar isto, as pessoas sabem que são muitas pesadas, custa alguma coisa pegar no telefone e comunicar para os bombeiros, eu vou fazer uma queima de sobrantes amanhã, a esta hora, e no outro lado está um bombeiro que diz, olhe que não pode fazer amanhã ou não pode fazer hoje, porque há um risco de incêndio. Isto custa assim tanto fazer?, Não, e depois o que é que nós fazemos?, andamos a tentar contornar. Quem quiser fazer ao fim de semana, se não comunicou, não pode fazer, é simples, seja ao fim de semana, seja o feriado, seja quando for. Agora nós temos esta vantagem que nem todos os municípios têm, que é a vantagem de ao termos

Bombeiros Municipais, temos uma porta aberta, um telefone disponível 24 horas por dia, 365 dias por ano. Isso é uma vantagem, o que é que as pessoas arranjam?, forma de contornar.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Vitor Morais, para referir o seguinte “Queria perguntar ao Senhor Presidente sobre a limpeza das ribeiras, porque a Ribeira que passa na Fonte das Três Bicas, praticamente todos os anos é limpa até chegar à Fonte das Três Bicas, portanto ao arco e para baixo, não é limpa, como todos os anos era limpa pelos senhores que lá estavam a cultivar uma horta não se notava tanto, agora como já deixaram aquilo, aquilo está um Caniçal brutal portanto e dá uma visibilidade ali naquela zona, que é uma zona de carisma do Sardoal, portanto eu perguntava se há condições para que a Câmara fizesse a limpeza daquele bocado da Ribeira para não dar assim um aspeto então degradante da Vila, daquela zona.”-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “ Dentro da zona urbana é da competência da câmara, se não está feito temos de a fazer, vou tratar disso, se for fora, é dos proprietários confinantes com a ribeira, dentro da zona urbana é câmara.” -----

Continuou o Senhor deputado “ Como os que lá estavam a cuidar da horta como o Senhor Presidente deve ter conhecimento, limpavam aquilo mas agora que não está ninguém a limpar aquilo, está lá um caniçal brutal, portanto dá um mau aspeto naquela zona que é uma zona de turismo ali do nosso concelho.” -----

Respondeu o Senhor Presidente “agradeço a sua intervenção.”-----

Ordem do Dia

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que “Aquilo que refiro é na verdade a extensa lista de atividades que temos desenvolvido, reuniões onde temos participado, os encontros, todo este trabalho, às vezes de grande dificuldade para conseguir gerir tudo isto, mas temos estado sempre presentes onde devemos estar e, onde nos solicitam para estarmos. Também um conjunto de trabalhos que estamos a realizar, que estamos a desenvolver e depois, a situação financeira real, destaco aqui uma diminuição de 427 7000€ em relação à diminuição da dívida. Estou disponível para alguns esclarecimentos que os senhores deputados assim entendam.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista para referir “A primeira questão é meramente linguística, é que vem “recuperação” das Etars da Cabeça das Mós e eu continuo a ser, a usar o

português que me ensinaram, é as Etars de Cabeça das Mós e não, da, peço desculpa. A segunda questão que eu queria levantar e aliás, já era para ter levantado numa outra assembleia porque na última eu não estive presente, quando vem aqui a falar efetivamente dos processos pendentes, aparece número dois, ação declarativa e que diz no final, condenação dos casos a pagar ao Município, uma indemnização de 1354,57€ e 57 cêntimos de juros à taxa legal, desde a citação até efetivo integral pagamento, devido a ter estragado um caminho público, à destruição parcial de caminho público, a minha questão é precisamente esta, que aliás por estar ligado a coisas da justiça, porque é que isto, se já tem uma sentença condenatória que data de 2016, 14 novembro, estamos dois anos e tal quase três anos depois, ainda na altura tirar isto daqui para fora, porque não devia constar na informação ou então, alguma coisa que será, que é efetivamente, ainda não pagaram a indemnização, pelo menos daquilo que se lê aqui, parece que pagaram, mas eu gostaria que me explicassem isto, porque faz-me confusão um processo que começou muito antes disso, mas pelo menos teve o seu epílogo a 14 novembro de 2016, com uma sentença que foi proferida, transitou em julgado 15 dias depois, portanto porque é que até agora ainda não deixou de constar aqui nos documentos da comunicação escrita.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo “ Tal como não vou discutir com o Senhor se é de ou da Cabeça das Mós, não me atrevo a discutir termos jurídicos com o Senhor, mas sei que foi feito um pedido pela pessoa em causa para que se reveja a necessidade e, o valor dos 1300€ está assim, o Senhor sabe também como é estas coisas, infelizmente estão a demorar. Isto já teve vários processos, já teve várias situações, agora está precisamente numa nova visita ao local para ver se o valor já aumentou, se já diminuiu, se alguém já lá foi arranjar e ninguém sabe nada mas julgo que está mesmo no fim do processo.”-----

Interveio o Senhor deputado Francisco António para referir “Querida aproveitar este período em que nos é apresentada a Informação do Sr. Presidente da Câmara para, mais uma vez e, nunca será demais, realçar todo o exaustivo trabalho que tem sido desenvolvido pela gestão da Câmara Municipal, o qual merece todo o meu apreço e consideração. -----

Querida, no entanto, realçar aqui a criação do espaço para o Gabinete de Apoio ao Emigrante, na Loja do Cidadão. -----

Estamos a falar de um gabinete de grande importância que vai por à disposição dos emigrantes do concelho do Sardoal e outros, sem custos para o Município, um serviço que até aqui só existia na capital de Distrito. Trata-se de prestar apoio aos cidadãos que tenham estado emigrados, que ainda

continuam emigrados, ou que pretendam emigrar. Resumindo, trata-se de uma chave de entrada e de acesso a uma rede consular e diplomática presente em 148 países de todo o mundo. -----

Relativamente a este assunto, também alguém opinou por aí, mas este devidamente identificado, que o País tem o Presidente das selfies e o Sardoal tem o Presidente dos protocolos; Pois bem, então que assim seja, faça a vontade a essa gente, continue com a postura demonstrada até aqui, e que venham muitos mais protocolos que certamente a população do concelho do Sardoal certamente que lhe vai agradecer.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente referindo “Eu vejo aqui a reparação dos muros do cemitério de Sardoal, os muros do cemitério de Cabeça das Mós, a pergunta é, a responsabilidade das reparações dos cemitérios de todo o concelho ou só de Sardoal e da Freguesia de Sardoal. Eu pergunto isto por uma razão, porque o cemitério dos Valhascos está a necessitar de uma, principalmente aqueles muros, e não só, eu falo isto, porque hoje houve um funeral e já agora, tenho a certeza que se não for responsabilidade da Câmara do Cemitério dos Valhascos que não vale a pena falar nisto mas ainda hoje houve um funeral nos Valhascos e as pessoas lamentam-se, porque são pessoas de idade, querem ir a uma casa de banho e não têm, vão atrás daquelas paredes, aquelas senhoras já de idade e havia ali um espaço, para construir ali uma mini casa de banho e eu não sei de quem é a responsabilidade de fazer estas obras se é da câmara, se é da junta.”-----

Tomou a palavra o Senhor Presidenta da Câmara respondendo que “ Nós só temos da Freguesia de Sardoal as outras são das diferentes de freguesias, posso-lhe dizer, mas o senhor, em representação do Presidente da Junta de Freguesia está a ouvir o mesmo que eu, estamos todos aqui ouvir, por isso poderá levar esta indicação ao seu executivo para que as coisas se possam fazer, o que eu acho certíssimo e posso-lhe dizer, que nós vamos fazer brevemente uma casa de banho no cemitério da Cabeça das Mós, já estamos a preparar para fazer, é verdade, às vezes há funerais, pessoas que vêm de fora e que pronto não tem ali e grandes condições e este é o caminho e, acho bem que todas as freguesias o façam, nos diferentes cemitérios.”-----

2.CIMT – Minuta de transferência de competências;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que “Nós sabemos que está a decorrer um processo de transferência de competências, do estado central para outras entidades, ou seja, para Câmaras Municipais e para as Comunidades Intermunicipais, sendo certo que aquilo que são as delegações de competências, nas Câmaras Municipais, nós já dissemos o que tínhamos a dizer,

atenção que o princípio é este, as delegações de competências estão todas na posse dos municípios, das Comunidades, desde o dia 1, ou seja, as delegações estão delegadas perdoem-me a expressão, desde o dia 1 de janeiro, para todas as entidades, aquilo que as entidades podem fazer, é dizer se estão em condições de as aceitar desde já, ou se as aceitam só daqui a um ano ou só daqui a dois anos. Nós, daquilo que eram as municipais, decidimos por unanimidade, aceitá-las, dissemos que estávamos em condições de as aceitar desde já, na comunidade intermunicipal também há unanimidade entre os municípios, todos os municípios se manifestaram a favor só que esta, sendo uma associação de municípios, uma comunidade intermunicipal, ao contrário daquilo que acontece com as municipais, que só teriam de vir à Assembleia, se por acaso alguma delas nós nos pronunciássemos pela não aceitação imediata, as da comunidade intermunicipal têm que vir a assembleia e, o que se propõe, é realmente que assembleia se pronuncia favoravelmente, a que aceitemos que a comunidade intermunicipal aceite desde já todas estas competências que lhe são transferidas.”-----

Considerando o disposto nos Decretos-Lei n.º 99/2018 de 28 de novembro, n.º 101/2018 de 29 de novembro, n.º 102/2018 de 29 de novembro e n.º 103/2018 de 29 de novembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar o acordo prévio sobre o exercício efetivo das competências por parte da CIMT, com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

3.Criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos e da constituição da empresa intermunicipal;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Julgo que o documento que têm em vossas mãos, ou seja, esta proposta, é suficientemente clara em relação aquilo que nós pretendemos, mas de uma forma muito mais breve ainda, do que o que está aqui, pretende-se ganhar escala entre os diferentes municípios, neste caso, 6 municípios, que resolvem agregar-se para criar escala, criar eficiência, criar eficácia, naquilo que é o seu sistema de saneamento de águas e resíduos sólidos urbanos e de abastecimento água pública. É uma constituição de uma entidade completamente única e simplesmente Municipal, nós Município de Sardoal, iremos ter uma participação de 5,58 por cento no capital social no total de 600000€ e isto anda à volta de perto de 40000€. Com isto, como disse, vamos

ganhar escala, vamos ganhar um conjunto de competências, um conjunto de valências, um conjunto de, até pelo crescimento que temos e pela dimensão e, passamos a ter, por exemplo, vamos ter aqui, vamos constituir aqui, uma força negocial por exemplo, com todos aqueles que nos prestam serviços que de uma forma, nós isolados, então nós Sardoal, os de menor dimensão de todos esses, de menor dimensão de todos, este município não consegue de forma nenhuma. -----

Permite também, com os ganhos de escala, que aqui temos, permite-nos também, que possamos fazer candidaturas a fundos comunitários, que de outra forma não seria possível, ou não seria pelo menos aprovada com o peso que tem, sendo uma entidade intermunicipal e, desde já e, a seguir iremos ter uma revisão orçamental, que está de certa forma interligada com aquilo que eu estou a falar neste momento, que tem a ver com uma candidatura que estamos já a preparar e que tem que estar pronta no final deste mês, no dia 28 de fevereiro, de 2.2 milhões de euros de obra que vamos querer fazer de saneamento, aqui no nosso no nosso concelho e, posso dizer, abastecimento, o caso da substituição da Etar de Vale das Onegas, a substituição da Etar de Tojalinho, o prolongamento das condutas de águas residuais, ou seja, fechar a cobertura em alta, na Cabeça das Mós na zona alta da Cabeça das Mós, a anulação da Etar norte de Cabeça das Mós e há uma estação elevatória para bombear para a Etar sul e a sua substituição da Etar Sul, a ligação da rede de São Simão ao depósito de Carvalhal, temos receio que, daqui a dois três anos, o furo que abastece São Simão possa não ter capacidade e, como tal, vamos fazer uma ligação ao depósito de Carvalhal para abastecer a Aldeia de São Simão e, também a substituição da conduta de ligação do depósito de Cabeça das Mós, para Valhascos, permitindo aqui, que a água chega em maior quantidade a Valhascos, porque vai ser a substituição de uma conduta de maior dimensão do que aquela que existe. Estamos a falar de 2,2 milhões de euros que são possíveis pela escala que ganhamos, como é que vamos fazer este procedimento, 85% fundos comunitários e 15% de 2,2 milhões de euros, é muito dinheiro, mas esse dinheiro, essa parte, a componente nacional, vai ser assumida pela futura empresa. O que poderei dizer mais sobre isto, não sei, é um processo que está em andamento, temos que fazer a aprovação nos termos que aqui está proposto, é um processo que já teve o seu parecer da Ersar, entidade reguladora, é um processo que irá depois a tribunal de contas que irá dar o aval a tudo isso, a toda a constituição da empresa.”-----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos referindo “Parece que toda a gente está esclarecida sobre isso e eu também estou a questão é só dizer que esta, dentro do nosso contexto de interior, parece-me ser uma solução que tem sido muito adotada pela CIMT até, de empresas

intermunicipais, para no fundo unir os municípios e diminuir os custos de operações que são comuns a todos os municípios, alguns optam por não entrar mas penso que é uma boa solução, que nos torna mais fortes, dividindo os mesmos serviços de que precisamos todos.” -----

Interveio o Senhor deputado Rui Valente, dizendo “Eu pelo que sei, estão a trabalhar nesta área na Câmara Municipal, cerca de 12 funcionários, eu gostava que o Senhor Presidente nos dissesse, de facto se esses funcionários depois integrarão a empresa.”-----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e referiu que “a opção de integrar ou não esta empresa, será dos trabalhadores, sendo certo que, ao integrar esta empresa, não perdem regalia absolutamente nenhuma, não perdem absolutamente nada daquilo que têm hoje. Há possibilidade de verem os seus vencimentos aumentados por uma razão muito simples, porque em serviços iguais, vão ser tabelados pelo trabalhador que está no índice superior, ou seja, um trabalhador, imaginemos um canalizador, que está a ganhar menos mas há um canalizador em Tomar que ganha mais, no sistema, todos vão ser tabelados pelo funcionário que está acima dele, agora uma coisa se põe, nós vamos deixar de ter estes serviços no nosso município, a Câmara Municipal vai deixar de prestar estes serviços diretamente, os trabalhadores que não quiserem integrar a empresa, vão ter que, dentro daquilo que são os seus conteúdos funcionais, vão ter que fazer outro tipo de serviços, dentro do município, é uma opção deles. -----

No país, há vários municípios que tiveram este sistema, isto não é projeto-piloto e, houve situações em que os trabalhadores de alguns municípios, entraram todos, outros, entrou só uma parte, outros, não entrou nenhum, sendo certo que a opção vai ser do trabalhador e, o trabalhador que integrar o sistema não vai perder regalia absolutamente nenhuma nem vínculo à função pública e nem ao Município como têm até agora.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta n.º 797/2019, bem como de todos os anexos à mesma, apresentada pela câmara municipal, relativa à autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos, à constituição de empresa intermunicipal para a gestão do mencionado sistema intermunicipal e outros assuntos conexos. -----

Após análise, a Assembleia Municipal de Sardoal, com fundamento na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto,

deliberou concordar com a referida proposta, autorizando e aprovando todos os atos submetidos à sua apreciação, com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4.Revisão Orçamental nro.1/2019;

Tomou a palavra o Senhor Presidente que referiu “aquilo que nós propomos, a revisão orçamental, tem a ver na verdade, a revisão de preços que foi feita de acordo com a legislação e de acordo com a solicitação do empreiteiro na subempreitada de Panascos e Valhascos, também a candidatura à requalificação do Externato Rainha Santa Isabel como já foi referido, o projeto de execução da reformulação do sistema de adução de São Simão e Valhascos, beneficiação do sistema de águas residuais, ou seja, são os projetos de execução destas obras que eu aqui falei anteriormente, aquilo que nós propomos realmente é que esta Assembleia aceite esta revisão orçamental, estamos a falar de documentos previsionais documentos que nós aprovámos, mas sendo certo que, sendo previsionais são uma previsão, como o próprio nome indica, e terão que sofrer as suas revisões à medida que que as coisas vão aparecendo. Isto era completamente imprevisível pelo menos temporalmente e com esta dimensão, que as coisas estivessem preparadas na altura da aprovação destes documentos, daí existir esta esta figura jurídico-financeira, talvez seja este nome, não sei, que permite que possamos fazer ao longo do ano as diferentes revisões.”-----

Considerando a alínea a), do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a 1ª Revisão Orçamental, com dezanove (19) votos as favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5.Acordos de execução com as Juntas de Freguesia;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “De acordo com o protocolo que está assinado entre o município e as diferentes juntas de freguesia, é revisto anualmente os valores deste protocolo e aquilo que nós propomos é, quem lê a proposta tem uma ideia que não é depois a correta, se lermos os movimentos efetuados porque na verdade aquilo que se propõe é, aos valores do ano

anterior, que seja somado o valor da taxa de inflação e então temos, depois a atualização em que os valores são, de Alcaravela 22 519€, Santiago de Montalegre 16467€, Sardoal 19753€, Valhascos 6.642€ ou seja, mantêm-se os valores acordados no primeiro ano, acrescidos à taxa de inflação. Tudo isto foi conversado com os Senhores Presentes de Junta estamos todos de acordo, as quatro Juntas de Freguesia estão de acordo com esta solução.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Presidente da Câmara para repetir os valores de Alcaravela e Santiago de Montalegre, tendo o Senhor Presidente da Câmara referido “22515€ de Alcaravela e Santiago de Montalegre 11467€” ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu não terem sido esses os valores referidas anteriormente.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente dizendo “Não sei se o Senhor Presidente quer esclarecer relativamente aos valores que disse.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que o Senhor Presidente da Câmara se tinha enganado quando os leu. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “eu não sei se é essa a sua dúvida. O Senhor tem na proposta, ou seja neste documento aqui, este tem a proposta do ano passado, os valores e acresce a taxa de inflação, eu vou repetir a deliberação tomada reunião de Câmara realizado a 11 de fevereiro, por unanimidade aprovar a proposta atualizada à taxa de inflação com os seguintes valores totais, Alcaravela 22515€, Santiago Montalegre 11467€, Sardoal 19753€, Valhascos 6642€.” ----

Considerando o artigo 133º, da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6.Aplicação de taxas – descentralização de competências;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “No seguimento do ponto anteriormente referido não o imediatamente anterior, este ponto de ver com a descentralização de competências para o município, nós podíamos ter tido dois tipos de postura perante esta situação, três, uma seria uma postura política, que alguns municípios têm, nada contra, e têm de tomar uma posição política legítima ainda, de não querer aceitar para já, esta delegação de competências, outros aceitaram algumas,

outras não, o nosso caso foi para análise e entre todos nós considerámos que era proveitoso, mesmo com alguns constrangimentos que possam existir, era proveitoso para o nosso Município, para os nossos munícipes a aceitação desde já, desta descentralização de competências, mas o problema maior que se põe é, na verdade, nós não temos uma tabela de taxas adequada aquilo que são os atos praticados de acordo com a descentralização de competências, por isso, ou nós não aceitávamos e fazíamos uma alteração à tabela de taxas e este é um processo que demora o seu tempo ou então, aquilo que foi a nossa decisão e que propomos que a assembleia assim o aceite, foi a aplicação de todas as taxas referentes a estes serviços no estado central, dos diferentes órgãos do estado central por isso, aquilo que nós fazemos é saber qual era a taxa para determinado serviço que existia no órgão que está a descentralizar as competências na câmara e, vamos aplicar a taxa de origem sendo certo, eu vou dar um exemplo, que eu costumo dar este exemplo de um sentido prático, algumas transferências de competências na prática na verdade não têm expressão ou uma expressão pequena, ou até mesmo nula no nosso concelho, mas por exemplo todos nós praticamente somos ou fomos dirigentes associativos em é normal fazer-se as rifas ou sorteio do loto, a forma como é feita em muitos locais e não sei quais, mas ouço dizer que assim é e não sei se é, se calhar estou aqui levantar uma falsa questão, não é licenciado, antigamente esse licenciamento era feito nos governos civis e agora com a extinção dos governos civis, passou a ser feita no Ministério da Administração Interna, ou seja uma associação de Trás-os-Montes tem que vir ao Ministério da Administração Interna a Lisboa para fazer a legalização da sua taxa do seu sorteio das rifas ou do seu loto nas festas, a partir de agora não, passa a ser na Câmara Municipal, ou seja, possibilitamos que as associações continuem a fazer aquilo que acham necessário para ter algum financiamento, para aquilo que são as suas atividades, mas de uma forma legal, de uma forma transparente, sendo certo que a própria lei diz e, a nossa tabela de taxas também, que no caso das associações dependendo dos fins a que se destina, poderá ser dada a isenção também, como nós damos noutras taxas, noutras situações. Isto é só para ilustrar com um exemplo concreto daquilo que pode ser o benefício para o nosso o nosso Município.” -----
Considerando o quadro da transferência de competências para as Autarquias locais, no âmbito da Lei nro. 50/2018, bem como o artigo 8º da Lei nro 53-E/2006, de 29 de dezembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a prática dos valores das taxas agora cobrados pela Administração Central, até que as mesmas não sejam consideradas na Tabela de Taxas do Município, com dezanove (19) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Período de Intervenção do Público

Foi dada a palavra ao munícipe, Senhor Nelson que referiu “A questão que eu queria dar a conhecer aqui nesta assembleia, apesar de não entrar no âmbito direto de qualquer das competências dos órgãos aqui representados, entra indiretamente e indiretamente vos diz respeito, poderia dizer que assim o é, porque envolve sardoalenses, sardoalenses que têm cargos relevantes neste concelho e também porque ocorre no Sardoal. Poderíamos afirmar que na nossa sociedade temos três pilares essenciais para a sobrevivência de uma determinada pessoa, poderia a referir a educação, saúde e habitação. Habitação é aqui o assunto que me refiro, como sabemos em Portugal o sistema de habitação é dominado pela propriedade privada e pelo mercado e tendo isso alguns efeitos perversos, temos duas grandes instituições que tendem a colmatar alguns desses efeitos. Primeiro o Estado e segundo, instituições do setor terciário, peço desculpa, do setor social, infelizmente isto é quase tudo assim em todo o país, infelizmente no Sardoal temos uma exceção e isto não é assim, referindo-me à principal instituição do setor social presente no Sardoal, que possui estruturas de habitação social falamos da Santa Casa e a Santa Casa da Misericórdia uma é uma instituição que possui valores extremamente dignos e que, se todos nós os seguíssemos viveríamos numa sociedade bastante mais harmoniosa. Para colmatar problemas de habitação mais ou menos há 40 anos, por volta dos anos 80, esta mesma instituição construiu um bairro social conhecido pelo Bairro da Santa Casa da Misericórdia, perto do edifício onde estamos e para colmatar algumas destas deficiências, até aqui tudo muito bem, tivemos um problema que a partir de determinado momento esta instituição, que foi comandada ou gerida, comandada não é uma boa palavra, mas gerida por uma pessoa que desconhece estes valores e que na sua vida pratica valores contrários aqueles que eu acabei de referir e portanto, isto causa um problema e se assim se não fosse, desde 96/97 que esta Santa Casa da Misericórdia de Sardoal tenta expulsar ou perseguir alguns dos moradores desse mesmo bairro.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio referindo que “este sítio nunca vai poder ser um sítio onde se pode atacar pessoas da forma como o tentou fazer, porque está a pôr em causa o valor, os valores.” -----

Refere o munícipe “que eu saiba não ataquei ninguém diretamente, estou a falar de uma instituição estou a falar de factos.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia disse “todos aqui, somos pessoas inteligentes, não me diga que não atacou alguém, não me diga que não atacou a pessoa que está à frente da Santa Casa da Misericórdia.”-----

Continuou o munícipe dizendo “Eu estou a referir factos e se me quiser deixar concluir a minha intervenção até ao fim.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu “ eu vou deixar que conclua, só peço que tenha atenção, porque eu não vou permitir que torne a acusar, a fazer o mesmo tipo de acusação, vou-lhe retirar a palavra se o fizer.”-----

Continuou o munícipe dizendo “para contextualizar e continuar a contextualizar, desde 1997 que a instituição tem alguns problemas com alguns indivíduos deste mesmo bairro, eu digo alguns propositadamente porque a relação que tem com determinados arrendatários não é igual a relação que tem com outros arrendatários e, tudo isto depende de afinidade ou da afeição com o que a mesa da Santa Casa da Misericórdia, e estou a falar de um órgão, tem com determinados arrendatários no mesmo bairro. No ano 1997 e para vos dar um exemplo, as rendas naquele bairro, encontravam-se entre 900 escudos e 6 contos para a maioria das pessoas de um dia para o outro a mesma instituição procura atualizar a renda para o agregado ao qual eu agora pertença para 55 contos, como podem ver a escalada que foi apenas para alguns dos agregados, depois de muito tempo em tribunal e com uma sentença em 2017, sentença essa que vem de uma negociação que por alguns, por algum medo também do agregado familiar a que eu pertença, que foi aceite, foi definido em tribunal o pagamento de uma renda de 182 € + 50 € no gênero de compensação pelo número de anos em que a renda não tinha sido atualizada. Dois dias após isto o mesmo agregado familiar informou imediatamente a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal que após ter verificado com mais paciência e depois de não estar na pressão que é um tribunal, verificou que era impossível pagar. Através exposições, de reuniões e exposições claras onde se verificava no binómio de receitas despesas era impossível continuar a pagar aquela quantidade, poderemos dizer que foi confrontado pela Santa Casa com posições irredutíveis, com uma frieza bastante significativa, diria até com um certo prazer. Poderiam perguntar porque se esta situação assim é, e se de tão irreal que parece mas que real é porque é que só está aqui um agregado familiar, existe duas razões para isso, a primeira é que algumas das pessoas que foram

também coagidas e ameaçadas aceitaram e neste momento estão a passar graves dificuldades por estarem a pagar rendas tão altas e, estão a consegui-lo, porque estão a gastar poupanças e isto é algo insustentável para essas mesmas pessoas e portanto, daqui a um tempo elas também não vão ter a possibilidade pagar, a segunda razão é exatamente por aquilo que eu já disse, porque determinadas pessoas, nem todos os habitantes daquele bairro são tratados exatamente da mesma forma. Estamos a falar desde 1997 e desde de 1997 que determinados arrendatários pagam rendas entre os 20 e os 40 euros, a estes nenhuns valores dantescos são pedidos, não há cá atualizações inimagináveis e impossíveis de pagar e portanto, dependendo da relação que se tem de afinidade com essas pessoas, o arrendamento é totalmente destinto. Dito isto, esta diferença de tratamento para com pessoas, com rendimentos comparáveis constitui abuso de poder e, na lei, abuso de poder é crime, caso seja comprovado e por isso e para terminar achei, que esta situação era do mais essencial da Assembleia saber, de todos os munícipes saberem, de todos os deputados saberem, para não poder um dia invocar desconhecimento da situação e, para saberem que, entre vós possuem um colega que até ou até aos dias de hoje socialmente fazia exatamente aquilo que eu referi e, que são atos que, por lei podem ser considerados criminosos e, no entanto continua a faze-los impunemente para infelicidade de muitos sardoalenses e para maior infelicidade de alguns em concreto que o agregado familiar a que eu pertença.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu “Nelson, obrigado mas era escusado acusação.” -----
Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista “Antes de mais nada, tenho que dizer que pela primeira vez num órgão político, é atacada uma instituição reconhecida, não só no concelho mas também no país e, com aquele que eu não vou classificar na totalidade porque agora foi a última palavra, ou as ultimas, mas foi estaríamos a praticar, que a Misericórdia estaria a praticar, deduz-se da intervenção deste munícipe que obviamente entre aspas o Scolari dizia “e o burro sou eu” e eu digo entre aspas “a besta sou eu” porque indubitavelmente ele refere-se ao provedor, que é quem está a gerir, eu não estou a gerir, é uma mesa administrativa que gere, é uma assembleia fiscal, é uma assembleia geral que preside e, é um conselho fiscal que fiscaliza as contas independentemente do revisor oficial de contas que também as confere. Só três coisas muito simples, do princípio ao fim não houve uma única verdade dita por aquele senhor independentemente disso, ele não é inquilino do bairro é membro do agregado familiar que em tribunal, em tribunal, o responsável do agregado familiar e está escrito em ata, em sentença do tribunal, aceitou a fixação de uma renda e aceitou pagar, aceitou

a pagar rendas atrasadas no montante de 9000 € em prestações que inicialmente era para ser em 10 anos e, a pedido do mesmo passou para 15 anos. Tem estado a pagar pontualmente aquela renda atrasada, os 9000 euros, mas nunca pagou uma única renda daquelas que aceitou pagar em tribunal. Numa tentativa de conciliação E apesar de sermos criminosos e eu terei que obviamente levar ao conhecimento da mesa na próxima reunião para saber o procedimento que vamos ter, numa tentativa efetivamente de fazer, propusemos que a renda que estava fixada e que o reu na altura, Sr. Júlio Manuel Santos, no tribunal aceitou perante o juiz e foi ele que o aceitou, não fui eu que propus pagar a renda que efetivamente lhe estava fixada segundo os rendimentos que ele apresentou, dos documentos oficiais independentemente de outros que possam estar ou não camuflados, mas essa é outra sentença que não tem para aqui a ver com esta assembleia tudo isto se desenrolou de uma forma juridicamente válida e que não foi contestada, foi contestada depois quando efetivamente já tinha passado tempo de contestar a sentença, ou de fazer alguma coisa. Tentamos efetivamente chegar a um acordo propondo que ficasse a pagar a renda idêntica àquela que outros inquilinos do bairro aceitaram pagar por acordo também e acordo judicial, não foi aceite de maneira nenhuma, assim como também não tem sido aceite coisíssima nenhuma, mas é muito estranho que esteja aqui a ser feito uma acusação a uma instituição que ainda há 8 dias recebeu uma carta em que o subscritor dela e incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, vem precisamente a referir “Não envio documentos para apreciação dos meus rendimentos, porque a renda me foi fixada o ano passado por uma carta enviada pelo advogado e essa renda é aquela que ele nunca pagou e, é inconcebível como se vem aqui chamar de criminosos e apelidar de desonestos e mais algumas outras palavras que obviamente eu depois pedirei a transcrição da ata para proceder judicialmente, quem efetivamente vem com esta carta dizer que afinal não dá documentos porque é uma renda fixada o ano passado e, por isso mesmo, não terá que apresentar documentos para este ano porque os documentos, as rendas são feitas pelo prazo cinco anos e vem agora aqui em tom jocoso em tom que usou já na minha presença de gozo, eu isso não permito em nome da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, quando voltar isso a acontecer senhor o Presidente, eu peço desculpa mas eu levanto-me e vou-me embora, porque as Assembleias Municipais servem para defender os interesses do Concelho e porquanto a Santa Casa da Misericórdia do Sardoal é uma instituição autónoma juridicamente, tem uma função jurídica que está a ser fiscalizada constantemente por todas as entidades que a subsidiam eu não posso, em nome da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal permitir que efetivamente haja afrontas deste género nesta

Assembleia. Quero com isto pedir-lhe desde já, Senhor Presidente e se for preciso eu redijo requerimento e amanhã entrego na Câmara, assim que estiver disponível a ata esta intervenção eu preciso dela, porque em nome da Santa Casa da Misericórdia agirei judicialmente e em meu nome pessoal vou ver efetivamente o que é que hei de fazer, porque obviamente depois de 30 anos e depois do tempo em que efetivamente estiveram lá pagar aquilo que se considera uma miséria de renda, que não dava nem sequer para pagar a luz ou a água das escadas, se permitem efetivamente vir para uma Assembleia Municipal levantar um problema que é exclusivamente da competência do tribunal uma vez que o processo judicial correu no tribunal, foi julgado no tribunal e, a ação despejo que está em curso há-de ser julgada pelo tribunal, portanto dentro desse aspeto eu só tenho que lamentar muito que se tenha permitido uma intervenção neste gênero, num local meramente público, publicamente ou politicamente eu não posso responder, mas poderei responder depois nos sítios adequados para esse efeito e exijo que seja feita esta transcrição da ata para efeitos de procedimento judicial.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia dizendo “isso vai ser feito porque a ata será sempre transcrita, todos a terão. -----

Enquanto Presidente da Assembleia Municipal sempre fiz tudo para que nesta casa se pudessem discutir assuntos importantes para o Sardoal e para mim a habitação é um assunto importante para Sardoal depois, a personalização do assunto, já não é correta, muito menos nos termos em que foi em que foi usada, não posso concordar, penso que expressei o meu desacordo com a linguagem que foi usada e, volto aqui a mencionar que não voltarei a admitir nada parecido, quanto ao resto eu aqui sempre me pautei por dar a palavra a todas as pessoas e esperar que o que elas digam seja proveitoso para todos, sobretudo para o Sardoal e depois e, penso que, para terminar, aos tribunais o que é dos tribunais, há coisas com as quais nós não podemos, não temos nada a ver e aqui aos tribunais o que é dos tribunais.” -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____